



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

**Jornal do Comércio, Manoel Benício e Canudos: retratos de
uma narrativa.**

Iago de Oliveira Furtado Rocha

Brasília, 2023.

IAGO DE OLIVEIRA FURTADO ROCHA

**Jornal do Comércio, Manoel Benício e Canudos: retratos de
uma narrativa.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Balaban.

BRASÍLIA

2023

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar a construção dos discursos que, produzidos pelo *Jornal do Comércio* e seu correspondente, Manoel Benício, possibilitam diferentes debates sobre Canudos. O conflito no sertão baiano representou um ponto de inflexão no Brasil do século XIX. Os predicados de sua crônica expuseram as questões responsáveis por sua formação. Canudos é a consequência concebida pelo sertão e este, por sua vez, é produto das forças que o condenaram. Entender Canudos é escapar de seu imediatismo e se debruçar sobre a composição do Brasil enquanto nação.

Palavras-chave: Jornal do Comércio, Manoel Benício, Canudos, Sertão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade de Brasília por todo o crescimento que me proporcionou. Agradeço à sinceridade, paciência e atenção do meu orientador, Prof. Dr. Marcelo Balaban. Esse trabalho, sem sua ajuda, não existiria. Agradeço, ainda, a todos os professores que marcaram minha passagem pela graduação: Ana Flávia Magalhães, André Cabral Honor, Cristiane de Assis Portela, Kelerson Semerene, Luiz Paulo Nogueiról, Marcelo Balaban e Maria Filomena. Agradeço aos que me edificaram como pessoa: Cássia Maria de Oliveira, mãe querida, Lindoval da Silveira Rocha, pai amado, Juliana Yukari Higa, Douglas de Castro Vieira, Alessandra Duarte, Crystian Magalhães, Brenda Machado, Isadora de Oliveira Furtado Rocha, Adair filho, Adair pai, Maria de Lourdes Alves, Amanda Sarmiento Távora, Bryan Fernandes, Diana Paz, Luiz Fernando Pontes, Lorena Santos, Stephany Oliveira e Maria Paula Heck. Sou grato, por fim, pelos descaminhos que me trouxeram até aqui e, previamente, pelos desvios que seguirão redirecionando a minha vida.

Sumário

INTRODUÇÃO.	1
1. O PERIÓDICO	3
1.1. A CENSURA INSTAURADA	8
2. O 18 DE JULHO E A DESORGANIZAÇÃO MILITAR.	11
2.1. A CAMISA DE NESSUS	16
3. A MARGINALIZAÇÃO DO SERTÃO	19
3.1. A SECA, OUTRO INIMIGO COMUM.....	22
3.2. O SERTANEJO	26
4. A IMPRENSA.	29
CONCLUSÃO.	31
BIBLIOGRAFIA.	33
FONTES:	36

INTRODUÇÃO.

Em 1632, quando a terra palco do nascimento e morte do arraial de Canudos ainda não havia sido batizada, a monotonia silente de sua noite foi interrompida por um estampido desconhecido. A razão do som, que anos mais tarde seria reproduzido pelas balas dos canhões republicanos, só seria descoberta em 1784: um cometa havia caído. Um ano depois, o frei capuchinho Apolônio de Todi constatou a semelhança entre a serra de sua queda “com o Calvário de Jerusalém e rebatizou-a com o nome de Monte Santo, construindo, em seguida, uma ermida de madeira no topo da montanha e outra maior no sopé, geratriz do arraial que ali se formou.”¹ Ao fim do século seguinte, Antônio Vicente Mendes Maciel fixaria ali sua mística peregrinação. Sua liderança conduziu seus adeptos à uma resistência autoquíria que regou o terrulento agreste com sangue carmim.

Pensar Canudos é deslocar-se para o externo de sua composição factual, é anatomizar os fundamentos, notas e tons que formalizaram o processo de concretização do Brasil como instituição privada. O povoado foi a tentativa de adversar o desordenado, o abandono e o esquecimento. Foi, sumariamente, um pequeno, porém expressivo, rabisco da grafia que pincelou o contexto de sua história. As propriedades de sua aparição – a distância, o isolamento, seu cotidiano íntimo e sua resistência ao Brasil oficial, o Brasil privado – somaram-se à transição descomposta entre diferentes sistemas políticos para produzir, em pleno sertão baiano, uma obra mitológica, que obstinadamente se tentou marginalizar da memória.

A oposição sertanista contou com apenas 4 espectadores durante a derradeira investida organizada contra o povoado, ocorrida em 5 de setembro de 1897. Um velho, dois homens formados e uma criança. Suas vidas foram desgarradas de sua posse e os tijolos que elevaram os muros de sua resistência se dissolveram perante a marcha da civilização. Contudo, a terminante incursão não foi a executora final do arraial de Monte Santo. Os destroços do povoamento original se converteram, após os embates, em material para a construção de uma segunda Canudos. A cidade herdeira, fixada no eixo de sua antecessora, foi sufocada, por sua vez, pelo açude de Cocorobó. A narrativa oficial conta que o açude foi propositado para melhorar o fornecimento de água na região, mas a conveniência de sua construção incomoda.

¹ SENA, Davis Ribeiro de. *Canudos: ficção e realidade*. In: Revista Canudos, v.2, n.1, outubro 1997. Salvador: UNEB, 1997, p. 197.

Afogar a memória histórica do povoado foi a tentativa definitiva de inumar os símbolos de resistência do real contra o oficial.

Mas a história é chama que não se extingue. O fogo que caustica a terra e produz a seca, elemento tão necessário para a leitura de Canudos, predispôs a união entre patricios privados pela escassez e permaneceu candente para manter acesa a sua crônica. Em anos de estiagem intensa, o açude de Cocorobó se esgota de tal forma que as estruturas quiméricas da resistência conselheirista se desatam do esquecimento e voltam a vida como que para mostrar a sua insubmissão perante a deslembração a que foram condenadas.

A Guerra de Canudos foi pensada por uma série de representações, que imprimiram em seus julgamentos significados distintos conforme particularizaram, a partir das pretensões de seus discursos, a história do povoado. O primeiro passo para se pensar Canudos é, então, optar por uma narrativa. A eleita por essa pesquisa foi a jornalística; mais especificamente, a produzida pelo *Jornal do Comércio (RJ)*. Um periódico que se torna, pelas características de sua estrutura, desafiador: o espaçamento entre suas linhas é mínimo, a distância que separa suas colunas é diminuta e o tamanho de sua fonte só permite sua compreensão a partir de uma compromissada atenção. Contudo, a sua leitura nos oferece possibilidades de complemento à narrativa oficial que formalizou o povoado.

Antônio Conselheiro e seus adeptos foram conduzidos por uma cardinalidade que os engrenou como peças desgastadas do progresso. A ordem para o seu combate foi substancial para a sociedade que os marginalizou da mesma forma que foi para o *Jornal do Comércio*, porém, ao invés de roteirizar a campanha de Canudos a partir de uma ação militar com atores manifestadamente opostos – civilizados e bárbaros – e objetivos delimitados – a destruição do grupo conselheirista –, o jornal contextualizou os acontecimentos de Monte Santo a partir de uma narrativa heteróclita.

Explorar e questionar essa narrativa é o objetivo final desse trabalho. Mas quais foram os elementos que particularizaram a escrita do *Jornal do Comércio*? Primeiro, Canudos serviu para o jornal como recurso de crítica às forças militares reunidas no sertão baiano e, conseqüentemente, ao sistema político que as direcionava, a República. O fio argumentativo que redigiu, baseado na repreensão, suas publicações permite a reflexão sobre a unilateralidade do conflito. O avanço republicano não ocorreu sem perdas; na verdade, a resistência conselheirista ofereceu combate à todas as expedições que direcionaram-se para o seu confronto.

Segundo, ao contextualizar as variáveis que justificam sua oposição, o periódico encena um sertanejo que não é figurado exclusivamente pelo conflito. Essas formulações, claro, respondem às estratégias argumentativas do próprio periódico, mas elas nos possibilitam refletir sobre os constructos sociais responsáveis pela marginalização dos habitantes de Canudos: a seca, a carestia alimentar, a brutalidade da terra e a ausência de medidas públicas para seu real amparo. Fatores que condicionam sua vida ao real e que geram sua oposição contra o oficial.

1. O PERIÓDICO.

O *Jornal do Comércio*, ao relatar Canudos, atará em suas considerações críticas à atuação militar e será, em consequência disso, objetado por parte da indústria editorial. A guerra foi, portanto, múltipla. O combate que, dado pela arma, conflitou soldados e conselheiristas, encontrou na pena os meios para consolidar a disputa entre os periódicos. A saturação de notícias produzidas e publicadas sobre o povoado reflete o desarranjo em que o final do século XIX inseriu o Brasil. Preliminarmente à reflexão da escrita que efetiva as declarações do *Jornal do Comércio*, é importante compreender os arranjos de sua estruturação como entidade física e ideológica. Seu processo de formação, a natureza de seu discurso e suas estratégias argumentativas são o cálculo de um processo que gradativamente talhou os traços da cobertura que realizou de Canudos. Compreendamos, primeiro, o *Jornal do Comércio* como instituição *sui generis*.

“Foi na oficina, instalada à rua Alfândega 47, que Pierre Plancher, vindo de seu país por motivos políticos, iniciou, a 1º de outubro de 1827, o *Jornal do Comércio*.”² Pierre fazia parte do amplo contingente de franceses que chegaram ao Brasil durante a fase da independência. Embora sua numeração, a ocupação que lhes servia era, com acerto, unânime. Eram livreiros, tipógrafos e jornalistas. E foi a ação desses publicistas que flexionou a militância da incipiente imprensa que ajudavam a fundar. Posteriormente, com o retorno de Plancher à França e após uma série de acordos comerciais, o *Jornal do Comércio* passou a pertencer, em 15 de outubro de 1890, a Julius Villeneuve e Francisco Antônio Picot. Já sua direção ficou às mãos de José Carlos Rodrigues. O periódico se consolidou como a “expressão do conservadorismo que dominou a imprensa na segunda metade do século XIX, sendo um dos poucos jornais que

² SODRÉ, Nelson Weneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 126.

sobrevivera ao crescimento efêmero de periódicos após a independência do Brasil”.³ De acordo com Sodré:

O Jornal do Comércio, com mais de setenta anos já, é sizado e conservador, lido pelos homens da classe, pelos políticos, pelos funcionários graduados; trata-se de empresa sólida, prestigiosa, com redação à rua do Ouvidor; José Carlos Rodrigues não lhe alterou a fisionomia, apenas acentuou o traço de apoiar todos os governos; Tobias Monteiro é o redator principal, responsável pela primeira página como pelos artigos de peso; Ernesto Sena, velho repórter, passou a redator; o barão do Rio Branco também escreve notas e frequenta a redação; jornal de grande formato, é oferecido nos hotéis e salões aos frequentadores; sua sisudez se transmite ao pessoal e Félix Pacheco, boêmio, poeta, espírito irreverente, assume a postura circumspecta ao servir no jornal de que, mais tarde, será diretor.⁴

O jornal, “além de divulgar os preços, informações sobre importações, anúncios, também participava dos episódios políticos da época”⁵ e submetia às suas páginas cartas anônimas, declarações assinadas com acusações graves, conflitos de honra, crônicas e notícias cotidianas. Os jornalistas estrangeiros o enxergavam “como uma espécie de Times, com um bom repertório de fatos e conjunto útil de documentos.”⁶ Foi, dessa forma, um dos maiores e mais lidos jornais da cidade do Rio de Janeiro e integrou, durante o ápice do conflito conselheirista, o rol das folhas mais vendidas na capital federal.

Contudo, os periódicos em circulação não se comportavam de forma consonante. Suas publicações apreendiam em suas notícias parcialidades que patenteavam seu posicionamento quanto aos episódios que informavam. Ordenamento que se intensificou pela natureza conflitiva do processo de firmamento republicano. A execução do 15 de novembro contou com a participação de setores diversos da sociedade e produziu, após a sua efetivação, debates dissemelhantes no que se refere às políticas que encaminhariam o novo regime. Embora vitoriosas, as correntes republicanas não conseguiram se expandir para fora de seus centros de discussão pois não foram capazes de criar um imaginário simbólico coletivo que causasse uma integração pública a um sentimento republicano aglutinador. Os representantes da lavoura, as figuras industriais, os membros das ocupações liberais, os militares e os opositores do novo sistema político não compartilhavam das mesmas aspirações, o que levava a embates polarizados no parlamento e, conseqüentemente, dentro dos próprios periódicos.

³ SILVA, C. de F. *O 15 de Novembro na Imprensa Carioca*. Revista Aedos, [S. l.], v. 3, n. 8, 2011, p. 183.

⁴ SODRÉ, op., cit, p. 324.

⁵ NASCIMENTO, M. I. M.; ZANLORENZI, C. M. P. *Imprensa no Brasil: do império à primeira república*. Acervo - Revista do Arquivo Nacional, v. 19, n. jan/dez - 2006, p. 46.

⁶ MARTINS, Ana Luisa; DE LUCA, Tania Regina. *História da Imprensa no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 27.

Nas comemorações do primeiro ano da Proclamação da República, por exemplo, o *Jornal do Comércio* reportou “os festejos do Rio de Janeiro e de outras cidades do país, a exemplo do que fazem os outros jornais, porém em escala bem menor: não mais que pequenas notas perdidas nas páginas do periódico.”⁷ O desatino das publicações é sintoma de um conturbado contexto político e de um estado entrincheirado por posicionamentos distintos. O que se seguiu à proclamação foi um fracionamento político que exigia legitimidade ao regime e poder àqueles que o haviam implantado. O trabalho de propaganda, agora, necessitava lidar com a ideia de República e reorganizar a memorização do espaço público através de uma articulação entre a polis e o demos. Assim:

(...) Firmado o Brasil no regime republicano, começou a suceder à reforma das instituições a reconstrução dos costumes. E neste momento em que de todas as intelectualidades, de todos os corações a pátria espera o contingente do seu critério e do seu civismo para ser deveras na democracia americana o núcleo de colossal grandeza; (...) fazer alguma coisa na esfera da propaganda, pelo melhoramento social, sob inspiração de conservadorismo racional e patriótico, parece-nos a mais larga, a mais fecunda de todas as fórmulas e de todas as exigências de política.”⁸

O processo de legitimidade republicana aportou-se na bipartição temporal entre passado e futuro; declínio e ascensão, respectivamente. Belo Monte, por sua vez, se transformou em palco perfeito para armar a relação de conflito que opunha convictos republicanos e saudosos monarquistas. As representações utilizaram o povoado como recurso extensor de seus discursos e tornaram-no personagem particular de seus relatos. Canudos, à exemplo da saturação que marcou a cena política nacional, abundou-se nas menções e fez surgir, em cada uma, ideias distintas. O episódio conselheirista condensou o espetáculo nacional em uma peça local. Cumprindo primorosamente sua função, “Canudos foi um eficaz apelo de vendas. (...) Os jornais, valendo-se das suas instalações gráficas e de seus informantes no local de ação, imprimem, põem à venda e anunciam mapas de Canudos”.⁹

A produção jornalística, como já dito, expunha e problematizava os assuntos correntes de formas diversas. *O Paiz*, a *Gazeta de Notícias* e a *Revista Illustrada*, partes da imprensa republicana carioca, combateram fervorosamente Canudos ancorando-o à condição monárquica. O *Jornal do Comércio*, por outro lado, engrenou suas opiniões a partir de uma discordância que, não raro, ia contra a cobertura dos outros periódicos. Contudo, sua oposição,

⁷ SIQUEIRA, Carla. *A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890*. In: *Revista Estudos Históricos*, v.7, n.14, 1994, p. 170.

⁸ SIQUEIRA, op. cit., p. 163.

⁹ GALVÃO, W. N. *No Calor da Hora*. 3ª ed. São Paulo, Editora Ática, 1994, p. 49.

por mais que insinue significados claros, deve ser cuidadosamente analisada, pois carrega sentidos que fogem da fluência de seu discurso.

Adiantando o que será objeto de aprofundamento em capítulos posteriores. A natureza oposicionista que essencializa o *Jornal do Comércio* não credita a existência de valoração facultada à população conselheirista nem a torna alvo de enaltecimento real. O jornal criticará as forças militares em Canudos, engrandecerá a resistência dos párias do sertão e, em certos momentos, invocará um “sentimento republicano” contra o povoado. A sua leitura causa, em consequência disso, uma aflitiva incompreensão. E, de fato, suas publicações rascunham uma série de expressões contrárias, mas há uma explicação para essa amálgama desordenada de significados.

O jornal desatava suas considerações acerca de Canudos – que era, indiscutivelmente, figura de oposição geral – enquanto remendava suas críticas à estrutura política em fluxo. Não devemos, portanto, compreender as declarações do periódico a partir de seus sentidos primeiros. Na edição de número 89 do ano de 1897¹⁰, por exemplo, o *Jornal do Comércio*, em sua segunda página, cita uma coluna de outro periódico, o *Don Quixote: Jornal Illustrado de Angelo Agostini (RJ)*, intitulada “Pela República”:

O insucesso da expedição a Canudos, em que sucumbiram os bravos coroneis Moreira Cesar e Tamarindo, e mais um punhado de bons patriotas que souberam morrer nobremente, cumprindo o seu dever, veio servir para alguma coisa mais do que para pôr em evidência que o sentimento republicano está fundamente radicado no espírito do povo brasileiro, e que para a defesa da República estão sempre aparelhados e prontos os cidadãos que bem sabem aquilatar o valor da conquista realizada a 15 de novembro de 1899. [...] O reencontro entre as forças do governo e a horda dos apaniguados de Antônio Conselheiro, veio esclarecer a situação e deixar patente que não se trata apenas de combater um grupo de fanáticos ignorantes, ou malfeitores insensatos – mas sim de enfrentar com um núcleo de revoltados contra o sistema de governo que nos rege, com uma corte de indivíduos que tomaram armas e pretendem constituir-se em exército francamente organizado contra a República. [...] Quer dizer que por de trás da figura pouco temerosa de Antônio Conselheiro oculta-se uma entidade que dele se aproveita e serve como instrumento; e essa entidade que se esconde traiçoeiramente sob a capa de um fanatismo duvidoso não pode mais dissimular os seus intuitos perversos, que são os do aniquilamento da pátria pela ruína da República.¹¹

Que sentido há nessa chamada? Mais do que uma carta para o engrandecimento da nação e sua recuperação moral, seu significado imediato, o texto supradito cita episódios danosos ao espírito republicano. O faz quando referencia a morte, no decorrer da 3ª expedição, dos coronéis Moreira César e Tamarindo e o repete quando diz que o exército conselheirista pretende

¹⁰ Imprensa. *Jornal do Comércio*: Rio de Janeiro: 30 de março de 1897.

¹¹ Pela República. *Don Quixote: Jornal Illustrado de Angelo Agostini*. Rio de Janeiro: 21 de março de 1897.

constituir-se em “francamente organizado”. Constituir-se invoca um tempo verbal de algo que, ainda não sendo, se visa. E por ainda não ser, as derrotas expedicionárias ocorreram contra um inimigo que não havia se organizado militarmente. O revés foi protagonizado, então, por um adversário que, teoricamente, deveria ser facilmente combatido.

A morte do coronel Moreira César, comandante responsável pela terceira expedição organizada contra Canudos, fez nascer rumores de que o povoado contava com “ajuda externa e fazia parte de uma conspiração monárquica internacional.”¹² Rumor exposto por Prudente José de Moraes Barros, presidente do Brasil, em declaração ao Congresso Nacional:

Lamentável pelas vítimas que fez, entre as quais se avulta a figura denodada e patriótica de Moreira César, que sucumbiu honrando o posto que lhe foi confiado, o desastre de Canudos tornou-se notável pela sensação que a sua notícia produziu nesta Capital e nos Estados, sensação agravada pela suposição de que os revoltosos dos sertões da Bahia não são simplesmente impulsionados pelo fanatismo religioso, mas também instrumentos dos que ainda sonham com a restauração da monarquia, apesar de esta estar definitivamente condenada pela nação.¹³

Canudos, no instante desse discurso, já havia resistido a três expedições, que mobilizaram mais de 1.300 soldados. Essa soma de insucessos principiou a desfragmentação do discurso republicano que efetivava os conflitos no sertão baiano a partir de elementos manifestadamente opostos: civilização e barbárie. Afinal, como uma sociedade, caracterizada desde seu princípio como fanática e atrasada, resistia aos avanços da nação? Associar a conservação de Canudos à causas extrínsecas serviu como recurso protetivo para essa montagem factual. Mas se a associação de Canudos a pretensões monárquicas estrangeiras operou como justificção para as desventuras da força republicana, o descrédito atribuído pelo *Jornal do Comércio* a essa composição descritiva objetivou confirmar a ineficácia do novo regime:

A guerrilha de Canudos, que nunca passou da legião do maníaco Antônio Conselheiro, onde os elementos naturais têm sido o verdadeiro obstáculo a vencer, deu-se-lhe como causa o movimento monárquico, para dar-se-lhe elementos de uma grande guerra, onde se conta – que existe um numeroso exército disciplinado, hábil em estratégias, instruídos artilheiros, soldados aguerridos e destros nas armas e enormíssimo armamento bélico, do que melhor e moderno se tem aperfeiçoado na arte da guerra; balas explosivas, grandes depósitos de munições e de viveres, a botar fora até sacos de farinha a sufocar nosso exército! Mas o que há de verdade é que o monarquismo não passa de trica da oposição, já sedição e gasta até o pano. Todos sabem que essa pequena agremiação, que ainda sonhava e se desvanecia saudosa dessas épocas, emigrou deste país.¹⁴

¹² DELGADO, Jorge. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 140.

¹³ Presidência da República. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 8 de maio de 1897.

¹⁴ Os Fanáticos de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 23 de agosto de 1897.

Antônio Conselheiro e Canudos, entretanto, não constituíram armas exclusivas de oposição à República e a seus ideais. Eram, também, representantes de um sertão associado à barbárie que, nutrindo sua incultura, tornava-se atardado. Por mais que sua existência tenha despertado interesses políticos, sociais e jornalísticos distintos, a sua ocorrência foi objeto de combate. O diferencial aqui está em como o povoado foi utilizado pelas representações para animizar suas convicções e críticas.

1.1. A CENSURA INSTAURADA.

A Guerra de Canudos intensificou a prática jornalística de expedir enviados especiais ao local de ocorrência das notícias. Pelo menos quatro jornais importantes – o *Estado de S. Paulo*, a *Gazeta de Notícias*, *A Notícia* e o *Jornal do Comércio* – mandaram para Canudos representantes que se deslocaram de onde viviam com o objetivo exclusivo de trazer informes sobre as intercorrências do conflito. Manoel Benício, substantivado como capitão antes de o ser como jornalista, foi o correspondente eleito pelo *Jornal do Comércio*. Os juízos críticos iniciados pelo periódico e agravados por seu correspondente não passaram despercebidos; em realidade, suas declarações foram postas em vereditos sentenciados tanto nas páginas dos jornais quanto no campo de batalha, como veremos a seguir.

Manoel Benício teve sua presença amputada do campo de batalha devido ao teor de suas escritas, “sua última reportagem é datada de 24 de julho e só no início de setembro que seu substitutivo [Marechal Bittencourt] reencetará a série.”¹⁵ O repórter integra às suas publicações minuciosas críticas à desorganização, ao estado calamitoso da 4ª expedição e a má atuação dos seus comandantes. A sua primeira carta, datada de 4 de julho, adianta que sua atuação será objeto de perseguição pela culpa que atribui ao general Artur Óscar pelos insucessos das investidas contra Canudos no dia 28 de junho:

Em tais casos, pois, posso descrever o que vi e as consequências dos fatos a que assisti, sem receio de ser contestado. Posso mesmo confessar com modéstia que criei uma posição que não permite-me andar indagando para contar aos que me leem a série de informações que dou relativas a nossa marcha de combates. Por isso não temo contestações, mesmo as que se possam referir aos vitupérios que imodestamente para aqui trasladei. A minha reportagem sobre a Coluna Artur Oscar cifra-se unicamente a descrever o que vi depois que aqui chegamos junto a ela.¹⁶

¹⁵ GALVÃO, op. cit., p. 146.

¹⁶ Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 3 de agosto de 1897.

A estada em campo do correspondente durou 33 dias. Sua chegada ocorreu no dia 23 de junho e sua retirada foi anunciada pelo dia 26 do mês subsequente. Uma parcela de tempo mínima se comparada à extensão total do conflito: 318 dias. Contudo, a leitura das reportagens escritas pelo repórter dão “conta de que aqueles trinta e três dias, provavelmente os mais longos e duros de sua vida, tiveram o efeito de uma verdadeira estada no inferno.”¹⁷ Benício, que servira como repórter na cobertura da Revolta da Armada, relata não se recordar de ter tido que lidar com privações semelhantes às que estavam sendo impostas em Canudos:

Calculem que a necessidade nos obriga muitas vezes a abandonar os nossos feridos pelos matos e quantos não terão morrido em consequência deste abandono. Verdade é que a brigada da retaguarda encarrega-se de procurá-los e trazê-los em redes, que todos cedemos para este fim por falta de padiolas para o número de feridos. Em Niterói havia tudo, até casas para dormir, no acampamento, depois de um combate de 8 horas, a correr para ali, a avançar para acolá, a fim de tomar melhor posição, sem haver tempo de beber água, quem é que se lembra de armar barraca? O corpo atira-se por cima do chão cheio de pedras e dorme-se. Depois o efeito do sibilo das balas através da folhagem, sem se poder saber de onde veio, nestes sertões, é pavoroso! Não raras vezes os jagunços nos atacam pela retaguarda em posição que já havíamos tomado. Sem hipérbole, há um quê de fantástico nestes bandidos e fanáticos.¹⁸

O posicionamento calamitoso de Manoel Benício dificultou, impediu em alguns casos, o envio de sua correspondência para o *Jornal do Comércio*. A segunda carta que deveria ter sido remetida de Canudos foi embargada pelo general Artur Óscar por “tratar de feridos e mortos e tal notícia ser desagradável às família dos mesmos.”¹⁹ Em oposição a recusa, Benício escreve logo em seguida: “como se elas já não soubessem ou não venham a saber da carnificina inútil que sofreram as colunas.”²⁰ Contra as notícias publicadas pelo repórter há, claro, represálias praticadas de forma direta, como a já aludida recusa de Arthur Óscar em enviar suas cartas, porém, será no campo de suas declarações, a imprensa, que sua fiabilidade será terminantemente ajuizada e defendida. Uma das críticas mais contundentes foi sentenciada pelo periódico *O Paiz*, que em edição de 21 de agosto escreveu:

O Clube Militar, tendo acompanhado com a maior atenção e interesse as notícias sobre as operações das forças expedicionárias de Canudos, ao mando do bravo general Arthur Oscar, publicadas pelos diferentes órgãos da imprensa diária desta capital, e sentindo que as do *Jornal do Comércio*, sobre serem incoerentes e contraditórias, revelam grande soma de má vontade contra o ilustre comandante em chefe das mesmas forças, com o intuito único de ferir sua brilhante reputação militar, protesta energicamente, em nome do exército nacional, contra as imputações aleivasas, feitas em tais notícias ao referido general, porque não reconhece no correspondente do aludido jornal, suspeito

¹⁷ AZEVEDO, Silvia Maria. *Manuel Benício: um correspondente da Guerra de Canudos*. Revista USP, n. 54, 2002, p. 85.

¹⁸ Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 3 de agosto de 1897.

¹⁹ Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 4 de agosto de 1897.

²⁰ Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 4 de agosto de 1897.

de parcialidade, por motivos não ignorados, a necessária competência, quer moral quer intelectual, para se arrogar o direito de crítico e censor de operações de guerra de tão grande importância.²¹

Toda a primeira página desta edição se reservou à defesa do general Artur Óscar. É de referir que O Paiz está diretamente ligado a Quintino Bocaiúva – figura central nos acontecimentos de 1889 e ministro de Deodoro em 1890. O juízo emitido pela folha carrega dupla condenação: indiretamente, ao *Jornal do Comércio*; diretamente, à dita ineficiência de Manuel Benício, que se defende em publicação posterior:

Como faz mal a gente ter convicções, de estar cumprindo patrioticamente com a missão de que é encarregado, ler que um jornal, na sua ausência, procura não contestar somente com palavras e informações das ruas, mas pelo ridículo, a nossa individualidade. [...] De capitão tenho honras unicamente, que me deu um grande homem; escrevo como todo o mundo que sabe anotar o que vê, com verdade e critério. [...] É doloroso a gente julgar que está prestando um serviço a todos e saber que se leva a mal tanto sacrifício e tantos esforços. Que interesse podia ter eu, que não fosse a derrota de Canudos e a glória do exército na pessoa de seu chefe? Tão grande é o meu interesse que conto ao público o que fazem os chefes. [...] Se eu dissesse também que o general Arthur Oscar foi de um talento tático, administrativo, militar disciplinar e preventivo, assombroso deixaria S. Ex., comprometia-me perante centenas de oficiais que estiveram em Canudos e que viram o que lá se passou e ouviram as minhas correspondências antes de enviá-las, e envergonha-me-ia perante a minha consciência.²²

Benício foi, enfim, o primeiro repórter a emitir relatos denunciativos sobre a desorganização, a fome e os erros estratégicos da 4ª expedição contra o arraial de Canudos. Sua atuação foi, em consequência, repudiada pela imprensa republicana, que exigiu sua retirada da frente de batalha, o que levou o *Jornal do Comércio* a cessar a publicação de suas reportagens sobre o conflito. Uma semana após os assaltos de 18 de julho, o correspondente já estaria fora de Canudos.

A estrutura narrativa do *Jornal do Comércio* será arqueada pelas críticas que direciona a desorganização das tropas enviadas para o sertão baiano. A chegada de Manoel Benício ao campo de batalha intensificará essa oposição, que se tornará, após os relatos do repórter sobre os ataques de 18 de julho, culminante. Foi essa a investida que abriu as portas do arraial de Canudos para o exército republicano e é a descritiva de sua operação que visibiliza o conflito como cômputo de uma ação bilateral. A ação da civilização contra a barbárie não se grifou pela linearidade, pois a civilidade reivindicada mais constituía um título auto idealizado do que um atestado de superioridade.

²¹ Protesto do Club Militar. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 21 de agosto de 1897.

²² Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 19 de agosto de 1897.

2. O 18 DE JULHO E A DESORGANIZAÇÃO MILITAR.

A 4ª expedição, que também é a última contra Canudos, dividiu-se em 2 colunas. A 1ª, comandada pelo general João da Silva Barbosa, partiu de Queimadas no dia 16 de maio de 1897, às 5 horas da tarde, com o efetivo de “268 oficiais e 3.415 praças, acampando sucessivamente em Cotendas, Tauquinho, Cansação, Quirinquinquel e chegando a Monte Santo com o efetivo de 270 oficiais e 3.481 praças.”²³ Acompanhavam a coluna 180 mulheres, 56 carretas, 665 bois e, oficialmente, 352 cavalos. Ia, ainda, uma força médica composta por 12 profissionais imediatos e 50 ambulâncias; “destas só 13 chegaram a Canudos, ficando o resto em Queimadas e Monte Santo.”²⁴

Já a 2ª coluna, comandada pelo general Cláudio do Amaral Savaget, partiu de Aracajú no dia 22 de maio de 1897 com o efetivo de 2546 homens. Acompanhavam a coluna 512 mulheres, 1580 bois e “72 crianças, inclusive, duas nascidas em marcha.”²⁵ Enquanto a 1ª coluna estabeleceu acampamentos graduais entre os pontos de sua expedição sem ter que enfrentar grande resistência, os 282 km marchados pela 2ª coluna foram barricados por forte resistência conselheirista. Em Geremoabo, primeiro ponto de conflito em larga escala e distante 183 km de seu local de partida, a coluna somou “266 baixas e dali saiu com 2340 homens.”²⁶ Em Cocorobó, ponto seguinte, “ficaram fora de combate 178”.

Não há, nas páginas do *Jornal do Comércio*, registro explícito sobre a força médica que seguiu junto à 2ª coluna. Temos, entretanto, carta de Benício que sugere-nos um número. O repórter, lastimoso pela expedição, opina sobre o deslocamento das tropas que acompanha e a ausência de corpo médico em suas fileiras:

Estes últimos dias temos marchado debaixo de chuva contínua, e ainda acampados debaixo de chuva, com barracas e roupas molhadas. É doloroso marchar-se para a guerra à busca da morte gloriosa e morrer abandonado de febre pelas estradas ou no escuro de uma casa em ruína em povoado sem recurso, como um mendigo. Pois se em toda a nossa coluna composta de dez batalhões só existissem quatro médicos e nenhuma padiola nem carroção para transporte de doentes, o que fazer?²⁷

A separação da força militar em duas frentes de combate denota uma estratégia explícita: divide-se a força para que se duplique a investida. O objetivo do general Artur Óscar, comandante chefe da 4ª expedição, era soterrar a resistência de Canudos com um ataque

²³ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 8 de agosto de 1897.

²⁴ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 8 de agosto de 1897.

²⁵ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 8 de agosto de 1897.

²⁶ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 8 de agosto de 1897.

²⁷ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 26 de junho de 1897.

bilateral. No entanto, no dia 28 de junho as duas colunas somaram-se no Alto da Favela, região montanhosa adjacente à Canudos, provocando a união de 8951 homens em mesmo ponto. A junção das colunas, reprovada por Manuel Benício, mune as críticas do correspondente:

É digno de atenção o fato de ter uma coluna marchado de Aracajú até as portas de Canudos, 72 léguas, e outra de Queimadas até a outra entrada de Canudos, cada uma com o fim de atacar destacadamente o mesmo objetivo em dia certo, e depois de tanto trabalho se juntarem num só corpo? Para que então não seguiram ambas a mesma estrada?²⁸

O jornalista destaca que ambas as colunas tiveram que vencer grandes distâncias antes de chegar em seus respectivos pontos estratégicos. A marcha, já naturalmente lenta, foi desacelerada pelas pequenas erosões que corroem o solo do sertão e dificultam a sua travessia. Além disso, o transporte da artilharia agravava, por sua estrutura e peso, a lentidão da expedição:

Não há dúvida que permanecerá para sempre injustificável a providência tomada pelo comandante da 4ª expedição a Canudos, de fazer-se acompanhar por um canhão Withworth, retro-carga, de calibre 32, com um peso mais ou menos de 3000 quilos. Desde então, pode-se dizer que toda a coluna, em sua marcha, ficou na dependência desse bendegó.²⁹

Mas o que exigiu a união das duas colunas e desautorizou o plano que encontrava conclusão tão próxima? Como já dito pelo jornal, a coluna Savaget teve de tomar, durante sua travessia, os postos inimigos um a um, o que lhe custou, como moeda de troca, a vida de inúmeros soldados: “as posses dessas posições custou muitas perdas à coluna Savaget. (...) Toda a estrada que percorrermos até avistar Canudos ficou alastrada de cadáveres.”³⁰ Em Macambira, o último posto ocupado, o mesmo que punha Canudos à vista, o general Savaget mostrou-se disposto a “dar carga à baioneta contra os jagunços em Canudos”³¹, mas sua pretensão foi interrompida por um mensageiro enviado pelo general Arthur Óscar.

Boas notícias são, em tempo de guerra, mera quimera; o mensageiro, em momentos conflituosos, nada mais é do que um emissário do infortúnio: Artur Óscar comunicava que “toda a sua munição deixada na retaguarda, defendida por dois batalhões de polícia, havia sido atacada pelos jagunços, desde o dia 27, mandava que o general Savaget fosse socorrê-lo.”³² A posição ocupada foi abandonada e os conselheiristas, supondo que a movimentação da coluna denunciava sua retirada, atacaram-na em marcha.

²⁸ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 10 de agosto de 1897.

²⁹ Artilharias Whitworth e Canet. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 9 de agosto de 1897.

³⁰ Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 14 de julho de 1897.

³¹ Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 14 de julho de 1897.

³² Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 14 de julho de 1897.

O conteúdo dessa carta fomenta uma importante questão: como se formaram os mecanismos de resistência de Canudos? A polarização conselheirista foi fortificada pela esperança daqueles que, pondo suas armas em mãos e seus viveres em carroças, direcionaram-se ao povoado e por todos os espólios deixados pelas derrotas das expedições anteriores. Portanto, a 4ª expedição não foi a primeira a perder munição e equipamentos de fogo para os assaltos dos defensores de Belo Monte, mas anatomizemos as formulações do periódico.

No dia 6 de janeiro de 1897, o *Jornal do Comércio* anunciou que “saiu do Cumbe com destino aos Canudos, um grupo de 400 homens armados, afim de unir-se aos fanáticos de Antônio Conselheiro.”³³ Esses grupos, durante sua travessia, “dão saque por todos os lugares”.³⁴ Já no dia 11 de janeiro, é relatado que da Vila do Pombal “tem seguido em direção dos Canudos diversos grupos de homens armados, afim de reforçarem os fanáticos de Antônio Conselheiro.”³⁵ O jornal posta como evidente a necessidade de mobilizar piquetes e bloqueios para impedir a dilatação da resistência conselheirista, porém, será apenas no dia 10 de junho que o governo mandará “força para todos os pontos ao redor de Canudos, afim de sitiar o Conselheiro e impedir a entrada de gente.”³⁶ Medida que, embora prevista como essencial pelo periódico, se esvaziou, após seu cumprimento, de eficácia, pois “aquele fanático [Antônio Conselheiro] tem muitas outras estradas e pontos que ninguém conhece.”³⁷

No dia 18 de setembro, o periódico transcreve tópicos de uma entrevista com o general Solón. Ao ser questionado sobre os acontecimentos em Canudos, o general é síncrono às declarações do periódico que, para promover seus relatos, busca amparo em discursos externos aos seus:

Direi que não tenho a menor dúvida sobre a vitória das forças legais, com grande soma de sacrifícios, é verdade, uma vez devido a demoradas operações, por motivos que não convém, nem devo aqui referir, outras vezes pela precipitação dos ataques, sem precederem pequenas operações indispensáveis na execução de qualquer combate. (...) Se como tenho dito mais de uma vez, se tivesse feito com toda a prudência um cerco largo a princípio e estritando depois até tomar posição tal, que não permitisse mais a entrada de recursos no arraial, com certeza já tínhamos triunfado, com menos sacrifício de vidas de parte a parte.³⁸

A primeira expedição contra Canudos foi capitaneada pelo tenente Pires Ferreira e mobilizou “cento e tantas praças do exército”.³⁹ Febrônio da Costa, comandante da 2ª

³³ Bahia. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 6 de janeiro de 1897.

³⁴ Bahia. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 6 de janeiro de 1897.

³⁵ Bahia. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 11 de janeiro de 1897.

³⁶ Antônio Conselheiro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 10 de junho de 1897.

³⁷ Antônio Conselheiro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 10 de junho de 1897.

³⁸ O General Solón. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 18 de setembro de 1897.

³⁹ Marechal Bitencourt. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 20 de agosto de 1897.

expedição, constatou sua “extrema necessidade de bater em retirada coagido pela sede e pela fome, temendo ficar sitiado no Curral, Serranias e Canudos com munições de artilharias esgotadas.”⁴⁰ Os recursos entregues pela derrota das duas primeiras incursões são, pelos relatos do *Jornal do Comércio*, incertos visto que não há registro comprovável ou expressivo de seu ônus. Contudo, da expedição Moreira César, a terceira a ser organizada, o periódico diz que “os bandos conselheiristas tomaram (...) armas Comblain, Manulicher e Mauser, acompanhadas das respectivas munições.”⁴¹ Artur Óscar, ao ser questionado por Manoel Benício, partilha suas expectativas sobre o quantitativo da força que esperava enfrentar:

Perguntei: pode V. Ex. aproximar-se em cálculo do número de combatentes que vai enfrentar e os elementos de que eles hoje dispõe depois do tríplice fracasso? Obtive, assinada pelo punho de S. Ex. o general Arthur Oscar, a seguinte resposta, para a qual rogo a atenção de todos: Calculo 6000 combatentes, com três canhões krupp 7.50, armamento de guerra moderno, munições bastantes e força moral.⁴²

Os inesperados reveses fertilizaram o solo da incerteza e principiaram uma das discussões mais expressivas e inflamadas da Guerra de Canudos, a de que os conselheiristas muniam-se de balas explosivas:

Uma das maiores preocupações do general Artur Óscar é a existência de balas explosivas e armas surdas dos jagunços. Como ninguém quer contrariá-lo, está espalhando no acampamento que os jagunços tem armas surdas e balas explosivas.⁴³

Manuel Benício oferece explicação prévia sobre as balas explosivas. O repórter atribui a fama do tiro a espingarda Manulicher enquanto faz apelo para que os especialistas militares elucidem melhor a questão:

Dadas certas circunstâncias da atmosfera faz ouvir a detonação ao mesmo tempo que o sibilo da bala passando por perto de alguém. Quem não tem visto milhares de vezes isto julga até que alguma coisa explodiu junto. Pois é isto que aqui chamam balas explosivas. Os ferimentos feitos por balas Comblain, que são terríveis, querem fazer crer que são das tais explosivas. Já é desejo de dar aos jagunços poder maior do que o que temos! Faço um apelo aos Srs. Militares. Respondam e ponham a claro esta questão, afim de tirar da cabeça de nossas tropas, de nossos oficiais de engenheiros, de artilharia e de infantaria a dúvida.⁴⁴

Em 11 de agosto, o *Jornal do Comércio*, publica uma carta enviada sem assinatura, que atribui o fenômeno das balas explosivas à força mecânica das armas modernas:

Os projéteis nas armas modernas saem com uma velocidade inicial fortíssima, e, além da parábola que descrevem através da atmosfera, fazem um movimento giratório muito rápido e ao redor do seu eixo, movimento

⁴⁰ Bahia. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 1 de fevereiro de 1897.

⁴¹ Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 15 de agosto de 1897.

⁴² Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 10 de agosto de 1897.

⁴³ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 8 de agosto de 1897.

⁴⁴ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 8 de agosto de 1897.

determinado pelas raias do cano, de modo que um ponto colocado na superfície descreveria uma hélice de voltas tanto mais afastadas, quanto mais se distancia o projétil, que penetra no corpo como um saca-rolha. Atravessando um tecido molaço e contendo muita água, como é o do cérebro, o movimento de repulsão não só determina o esmagamento do cérebro impelido para fora em todos os sentidos e ao mesmo tempo apertado pela caixa óssea.⁴⁵

Foi sobre esse quadro que se pintou a marcha de 18 de julho, a mais importante contra Canudos. O efetivo para o grande ataque excedia os três mil homens e sua operação não escapou às críticas de Manoel Benício. De acordo com o correspondente, o último reconhecimento do terreno em que a força operaria havia sido feito pelos engenheiros da 3ª expedição. E sem reconhecer o terreno de operação, sem ter exata noção das proximidades de Canudos, sem ter havido exploração prévia, “a 1500 metros, pelo mínimo do arraial, mandou-se dar carga de baioneta por cima de lastrado, através de espinheiros”.⁴⁶

Os praças que avançaram pelo terreno foram vencidos pelo chão pedregoso cheio de seixos enquanto seus opositores alvejavam-nos para que caíssem “aos bandos, feridos, mortos e pisados pelos que vinham em carga atrás.”⁴⁷ A invasão desorganizou-se de tal maneira que, a cem metros da praça, “os batalhões já estavam baralhados. Não havia dez praças do mesmo batalhão juntas.”⁴⁸ A atenuação do combate, iniciada pelo baixar do Sol, iluminava as baixas: 3 capitães, 4 tenentes, 15 alferes e 700 praças decresciam a força militar.

O transporte dos feridos, que não encontraram sorte melhor do que a dos cadáveres postos ao chão, só começou no dia seguinte, em 19 de julho, pois o solitário médico que desceu junto as tropas para o cerco, o Dr. Tolentino, “morreu na descida da colina, baleado no dorso.”⁴⁹ Mas para onde foram enviados os sobreviventes? Para os hospitais de sangue erguidos no alto da Favella, ponto de concentração das colunas. Em terreno ático, os espaços livres foram “cobertos por tendas sujas de pó tangido pelos ventos, que muitas vezes escurecem o recinto aberto, pois que as barracas são armadas a modo de latadas de uvas.”⁵⁰ Nas barracas médicas, segue Manoel Benício em sua narrativa, os únicos medicamentos que haviam era para “pneumonia, espinhela caída, quebranto, feitiço e outras tantas enfermidades que, por ora, não há nem têm aparecido no acampamento.”⁵¹ Os feridos, espalhados pelo chão poeirento ou sobre couros ainda frescos, só viam os médicos no momento em que seus curativos exigiam troca.

⁴⁵ Balas Explosivas. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 11 de agosto de 1897.

⁴⁶ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 6 de agosto de 1897.

⁴⁷ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 6 de agosto de 1897.

⁴⁸ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 6 de agosto de 1897.

⁴⁹ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 6 de agosto de 1897.

⁵⁰ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 8 de agosto de 1897.

⁵¹ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 10 de agosto de 1897.

O correspondente diz ter procurado o general Savaget para lembrar-lhe que “na falta de antissépticos e desinfetante, mandasse para o hospital, afim de servir à lavagem de feridas de doentes, o último décimo de aguardente que restava.”⁵² Os traumas dos soldados eram tratados com água, iodofórmio, ataduras improvisadas, amputações até o momento em que “a última operação não possa ser mais feita sob pena de um assassinato a bisturi”⁵³, pois “desde o dia 28 de junho não havia mais nem um capucho de algodão nas farmácias e ambulâncias.”⁵⁴

Nas manhãs dos dias 20, 21 e 22 de julho, amanheceram “mortos muitos feridos que não puderam ser tratados, devido à falta de médico.”⁵⁵ Já em agosto, o jornal relata que em Queimadas “têm-se repetido casos de varíola.”⁵⁶ Em setembro, falece, em Monte Santo, Affonso Pedreira, acadêmico que se voluntariou para prestar serviços nos hospitais de sangue, “vítima de febre malária, proveniente de sua estada em Canudos.”⁵⁷ Manoel Benício, em opinião céptica, diz que a conclusão da guerra não pode arrastar-se, pois “a peste já começa a desenvolver-se no arraial.”⁵⁸

Os relatos desastrosos sobre o 18 de julho e suas consequências são apontados, pelo correspondente do periódico, como o desenlace de um processo agravado por questões diversas. Antes da trombeta do combate, outro alarme ressoou pelo acampamento das colunas denunciando, por sua vez, a fome.

2.1. A CAMISA DE NESSUS.

A fome não se inaugura com a 4ª expedição. Febrônio da Costa, comandante da 2ª investida contra Canudos, abandonou o campo de batalha, como já dito, “coagido pela sede e pela fome.”⁵⁹ Para o *Jornal do Comércio*, o que acompanha a terminante incursão é o agravamento de uma questão já existente. Recordemo-nos que a 1ª coluna montou guarda em Monte Santo antes de se direcionar para o Alto da Favela. Ao marchar para o ponto em que se uniria à 2ª coluna e cravaria seu acampamento final, o comboio que vinha em sua retaguarda

⁵² Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 8 de agosto de 1897.

⁵³ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 10 de agosto de 1897.

⁵⁴ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 10 de agosto de 1897.

⁵⁵ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 6 de agosto de 1897.

⁵⁶ Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 29 de agosto de 1897.

⁵⁷ Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 14 de setembro de 1897.

⁵⁸ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 19 de agosto de 1897.

⁵⁹ Bahia. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 1 de fevereiro de 1897.

foi assaltado; em consequência, caiu “nas mãos dos jagunços cerca de duzentos mil cartuchos e carretas de viveres.”⁶⁰

No dia 5 de julho, 8 dias após a união das duas colunas, a ração e o fornecimento da coluna Savaget já havia se esgotado: “o sitio é, portanto, duplo. Sitio da fome, sitio dos jagunços.”⁶¹ O escambo e a troca se tornaram casuais. Benício relata ter visto “um soldado dar uma rede nova por uma xícara de farinha”⁶² e comandantes de batalhão “pedir humildemente um punhado”⁶³ para seus subordinados. Retratar comandantes, membros do alto escalão, se direcionando a soldados hierarquicamente inferiores para, humildemente, requerer usualidades revela o interesse do correspondente em denunciar a penúria da 4ª expedição, que, no dia 6 de julho, já é intolerável:

A camisa de Nessus já aperta com violência o corpo de nosso Hércules – o exército expedicionário. Até agora, enquanto havia o que comer, ninguém notava que andava sujo, descalço, esmolambado e sitiado. Agora o acaso começa a tomar feição nova. Os oficiais, nós todos, que já cerca de 15 dias não tomamos banho, não mudamos de roupa, porque não há água para lavá-la.⁶⁴

Como medida para contornar a fome, os militares jogavam-se, por racional desespero, nos matos à procura de viveres. Sabendo da busca desordenada dos soldados expedicionários, os conselheirista passaram a reunir em cercados bois e cabras como armadilha. Ocultando-se por de trás das estruturas montadas, recebiam suas vítimas com “saraivadas de balas certas que fazem fugir os mais felizes.”⁶⁵ Como se não bastassem as emboscadas, a movimentação de soldados nos matos era tão grande que as balas disparadas por suas armas emaranhavam-se na vegetação e escolhiam, como alvo, seus próprios aliados. O fogo amigo acentuava-se pela vestimenta das diligências de infantaria que mal diferia os conselheiristas dos praças republicanos: “a campanha de Canudos, mais tarde, apontou os graves defeitos do fardamento em voga e os soldados vestiram-se, em confusão, durante ela, uns à gaúcha e outros à sertaneja.”⁶⁶

O contraste das fardas é consequência das dimensões intermunicipais do conflito. Lembremos que a força republicana não era composta exclusivamente por soldados baianos. Nem poderia ser, afinal, a Bahia não possuía montante militar suficiente para lidar, sem apoio, com Canudos. Houve, ao decorrer do conflito, a união de uma série de batalhões e regimentos

⁶⁰ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 6 de agosto de 1897.

⁶¹ Manoel Benício. *Jornal do Comércio*. Expedição de Canudos. Rio de Janeiro: 8 de agosto de 1897.

⁶² Manoel Benício. *Jornal do Comércio*. Expedição de Canudos. Rio de Janeiro: 8 de agosto de 1897.

⁶³ Manoel Benício. *Jornal do Comércio*. Expedição de Canudos. Rio de Janeiro: 8 de agosto de 1897.

⁶⁴ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 8 de agosto de 1897.

⁶⁵ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 8 de agosto de 1897.

⁶⁶ BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*. 1ª reimpr. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019, p. 70

de localidades distintas do país. Cada um desses grupos somou a totalidade do corpo expedicionário culturas e costumes próprios. Consequentemente, exigiam-se diferentes respostas para uma mesma necessidade. No dia 6 de julho, 12 rezes foram caçadas para fornecer carne à 2ª coluna, porém sua captura foi recebida com pingos de insatisfação: “bem, temos carne. Mas sal, farinha, milho e tudo mais? A carne pode alimentar gente do sul, mas nortista sem farinha não vive.”⁶⁷

Conforme as caças minguavam e o escambo, debilitado desde seu início, perdia sua força, formavam-se, nos acampamentos, verdadeiras feiras, que expunham em seus mostradores espaçados alimentos trazidos pelas mulheres que partiram junto às colunas. Dentre os dias 5 e 11 de julho, a tabela de precificação permaneceu a mesma. Se desembolsava 5\$000 por uma espiga de milho seca ou um beijú “do tamanho de uma bolacha”⁶⁸ e 12\$000 por uma xícara de farinha. Esse mercado, porém, não foi, de acordo com o *Jornal do Comércio*, suficiente para extinguir a fome. Primeiro, o dinheiro para a comercialização era escasso; segundo, os alimentos, devido à falta de rotas de abastecimento, não chegavam em quantidade necessária para a regularidade de sua disponibilidade.

A carência de rotas de abastecimento soma-se ao desprovimento de meios para o seu percurso nas críticas elaboradas por Manoel Benício. O correspondente conta que em maio de 1897, ainda em Queimadas, localidade de onde partiria a 1ª Coluna, o coronel Campello apresentou-se à Artur Óscar como responsável pela logística de fornecimento e iniciou debate sobre o modo de se transportarem as cargas à Canudos. O coronel opinava que elas fossem em carretas. Concordando com sua opinião, Artur Óscar enviou-lhe à Bahia para providenciá-las. Os meios de locomoção, embora comprados, nunca chegaram, pois Artur Óscar, em fins de abril, “avisava não precisar mais de carretas.”⁶⁹

Benício denuncia que a 1ª coluna marchou de Queimadas sem serviço de transporte formado e, de forma agravatória, sem deixar na vila de onde partiam “fornecimento nenhum com o intuito de vir abastecer-se em Monte Santo e talvez ali fazer um celeiro que fornecesse, em caso de escassez, quando as tropas se achassem em Canudos.”⁷⁰ Essa carestia precedeu, marcou e sucedeu a narrativa de Manoel Benício sobre o ataque de 18 de julho e foi a sua exposição narrativa que revogou seu título de correspondente.

⁶⁷ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 8 de agosto de 1897.

⁶⁸ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 9 de agosto de 1897.

⁶⁹ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 10 de agosto de 1897.

⁷⁰ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 10 de agosto de 1897.

Os quadros de Canudos emoldurados pelo periódico e por seu correspondente são intencionalmente pincelados pela lástima e pela condolência. Os relatos de Manoel Benício operam para tornar viva a ilustração que organiza sobre Canudos e é na eloquência do seu discurso que reside o seu perigo. Mesmo que suas descrições assinem termos expressivos para a compreensão do povoado, suas declarações não devem ser efetivadas como reprodução plena da realidade que descreveu, pois contém, em seu âmago, reflexos constitutivos de sua idiosincrasia. Contudo, as análises que publica sobre o conflito permitem questionar a unilateralidade que tinge a história do povoado.

Embora o *Jornal do Comércio* e seu correspondente sejam enfáticos quanto as causas que atribuem aos insucessos das expedições – da quarta, em principal –, seus relatos salientam uma marcha que, contra um inimigo criado, combateu, antes mesmo dos homens de Canudos, sua própria definição de civilização. Sua luta ocorreu contra um adversário que se visualizava, mas que não se conhecia. Não se sabia quem era o sertanejo, não se sabia o que era o sertão. Para além da desorganização, a crítica de Manoel Benício, pautada, claro, por pretensões que fogem à conformidade de nossa reflexão, denuncia uma ação militar que confiou sua vitória à uma superioridade artificialmente construída. Mas superioridade a que? À Canudos, ao sertanejo ou à geografia que circundava o povoado? Questões indissolúveis que serão trabalhadas pelo próximo capítulo.

3. A MARGINALIZAÇÃO DO SERTÃO.

As críticas discursivas empreendidas pelo *Jornal do Comércio* e por seu correspondente representam um pequeno tópico dentro do sumário de significações que produziram sobre Canudos. Repreender a ação militar e destacar a resistência conselheirista não torna o periódico simpático aos adeptos de Antônio Conselheiro. Contra a ordem se levantava uma comunidade “de crentes capazes de tudo”⁷¹ que, obstante à força que ocupasse o palco da política nacional, deveria ser recortada para fora do seu corpo pátrio. Seu combate, portanto, não cabia à lei, mas à sua ausência:

O chefe opositor apontou especialmente dois pontos, perguntando ao líder da maioria, o Sr. Belisario de Souza, se não seria preciso declarar o estado de sítio na Bahia e mandar novos reforços ao Sr. General Arthur Oscar. [Ao que respondeu] O estado de sítio na Bahia é inteiramente desnecessário; fora da zona em que os nossos valentes soldados se batem com a gente de Antônio Conselheiro reina completa ordem e obediência à ação do governo. Na zona que os fanático ocupam não se faz mister o estado de sítio,

⁷¹ Sucessos da Bahia. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 2 de março de 1897.

porque ali vigora o estado de guerra. Aquele caracteriza-se pela suspensão das garantias constitucionais, este é a lei do fuzil e do canhão, o regime a que está submetida a gente de Antônio Conselheiro, que se pôs fora do direito pelos seus crimes.⁷²

Monarquistas e republicanos compatibilizaram suas convicções através de uma catalogação seccionada por dois atributos: civilização e barbárie. Por isso, embora nutra críticas ao regime republicano e aos seus imediatos em Canudos – o corpo militar, o *Jornal do Comércio* combaterá o povoado a partir de desclassificações semelhantes àquelas utilizadas pelos periódicos republicanos. Em publicação referente à tomada de Canudos, escreveu-nos jornal:

Está em poder das forças da República, o antro terrível do fanatismo, cujos perversos defensores levaram a resistência ao último extremo. A abnegação e a bravura do soldado brasileiro eram garantias seguras da vitória. [...] Vendo constantemente cair os seus chefes e companheiros vitimados pelo fogo traiçoeiro do inimigo feroz, só ensarilhou quando na derrocada à fortaleza em que se acoitou o perverso fanático, que conseguiu congregiar tantos ignorantes e malvados que o acompanhavam e miseráveis inconscientes que o obedeciam cegamente.⁷³

O tratado que unificou os discursos e conciliou sua oposição a Antônio Conselheiro foi redigido pela força colonizatória que, ao sentenciar as regiões inóspitas do Brasil, concebeu um dos mais importantes símbolos para a compreensão de Canudos: o sertão. Essa definição metafórica já serviu para nomear o interior da Capitania de São Vicente⁷⁴; a Amazônia⁷⁵; a Capitania de Minas Gerais⁷⁶ e, por fim, as áreas do Nordeste e Centro-Oeste brasileiros⁷⁷.

O sertão também encontrou lar na literatura. Para João Guimarães Rosa (1956), o sertão é onde “os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador”⁷⁸. É também, para José de Alencar (1875), a terra candente por onde passou o fogo que “consumiu toda a verdura, que é o sorriso dos campos e a gala das árvores, ou o seu manto, como chamavam poeticamente os indígenas”⁷⁹. Os seus plantios, que outrora serpenteavam as ondulações dos morros, foram roídos pela fome dos animais. Essa imolação provoca, em quem o percorre pela primeira vez, contração da “alma até os últimos refolhos em

⁷² Discussão Política. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 22 de julho de 1897.

⁷³ Tomada de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 7 de outubro de 1897.

⁷⁴ PRADO, J.F de Almeida. *São Vicente e as Capitanias do Sul do Brasil: as origens*. São Paulo: Editora Nacional, 1961.

⁷⁵ JOBIM, Anísio. *O Amazonas, sua história: ensaio antropogeográfico e político*. São Paulo: Editora Nacional, 1957.

⁷⁶ GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

⁷⁷ NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. *Viajem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. In: Memória do Instituto Oswaldo Cruz. Tomo VIII. Fascículo II. Rio de Janeiro: IOC, 1916.)

⁷⁸ ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 3

⁷⁹ ALENCAR, José de. *O sertanejo: romance brasileiro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875, p. 9

face dessa inanição da vida.”⁸⁰ De sua terra não emerge sustento; brota, na verdade, a adversidade em formato de homem. Estas almas, sublinhadas por José Lins do Rêgo (1953), são como “bigorna de ferreiro: só servem para apanhar.”⁸¹ E, de tanto apanhar, bestializaram-se, tornaram-se, em Raquel de Queiroz (1930), jagunços cúmplices “do mato, do sertão, de tudo o que era inculto e rude”.⁸²

Sertão, dessa forma, tanto designou espaços longínquos e desconhecidos como abrigo para hordas de desordeiros. Designou, de forma mais contundente, a sombra do arquétipo do progresso: “lá, o fanatismo, analfabeto e sanguinário, selvagem e traiçoeiro; aqui, o patriotismo inteligente. Lá, a barbárie em toda a sua triste irresponsabilidade sanguinária; aqui, a civilização na exibição a mais solene do cumprimento do dever.”⁸³ Já era assim em tempos coloniais. Sertão eram os espaços dominados pela natureza abrutecida, onde não haviam chegado as mercês da religião, da cultura e da civilização. Contrariamente, o litoral referia-se não somente a uma delimitação geográfica, era também “espaço conhecido, delimitado, colonizado ou em processo de colonização, habitado por outros povos (índios, negros), mas dominado pelos brancos, um espaço da cristandade, da cultura e da civilização.”⁸⁴

Em 6 de outubro de 1897 foi encontrado o corpo que, apesar da incerteza, julgaram ser de Conselheiro. Sua cabeça, após ser degolada, foi enviada para a análise de Nina Rodrigues, que concluiu que “o crânio de Antônio Conselheiro não apresentava nenhuma anomalia que denunciasse traços de degenerescência: é um crânio de mestiço onde se associam caracteres antropológicos de raças diferentes...é pois um crânio normal.”⁸⁵ Uma declaração significativa. Nina Rodrigues foi teórico da degenerescência da mistura das raças e fundador da antropologia criminal no Brasil⁸⁶; foi, também, cientista. O atestado que normaliza o crânio de Antônio Conselheiro não amputa os princípios eugênicos de seus posicionamentos, mas preconiza questionar o cerne do discurso que bestializou os habitantes do sertão.

⁸⁰ Ibid., p.11.

⁸¹ REGO, José Lins do. *Cangaceiros [recurso eletrônico]* - Rio de Janeiro: José Olympio, 2012, p. 154.

⁸² QUEIROZ, Raquel de. *O quinze [recurso eletrônico]*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012, p. 19

⁸³ Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 17 de julho de 1897.

⁸⁴ AMADO, Janaína. *Região, Sertão, Nação*. In: Revista Estudos Históricos. v. 8 n. 15 (1995): História e Região, p. 148.

⁸⁵ NINA, Rodrigues. *As coletividades anormais*. Brasília: Senado Federal, 2006, p. 89.

⁸⁶ A antropologia criminal foi uma “corrente científica” elaborada por Cesare Lombroso. Formado em medicina, Lombroso tornou-se famoso por defender a ideia de “criminoso nato”. O médico, ao argumentar que os comportamentos são biologicamente determinados, associou a criminalidade à hereditariedade. Como resultado, seria possível destacar, entre os indivíduos, traços físicos e morais denunciativos de uma propensão à delinquência. Figurando como um dos mais importantes adeptos de Lombroso no Brasil, Nina Rodrigues – em seu ensaio *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*, publicado em 1894 – expõe os benefícios de aplicação da antropologia criminal na esfera jurídico-penal brasileira.

A tomada de Canudos reanimou os espíritos do litoral. De suas gargantas ecoava o grito: “Meus camaradas! A cidadela de Canudos já está sob o domínio da lei.”⁸⁷ Em Ouro Preto repetiram-se “vivas e foguetes.”⁸⁸ Já o Teatro Santana anunciou grandioso acontecimento teatral para “solenizar a Grande Vitória em Canudos”.⁸⁹ A partir do projeto de número 10 do ano de 1897, o Conselho Municipal da Bahia resolveu que “A rua da Calçada passa a denominar-se rua Coronel Moreira Cesar e o lago da Palma passa denominar-se largo coronel Tamarindo.”⁹⁰

A comemoração da civilização foi engatilhada pelo genocídio de um povo. Se repetiu, mais uma vez, a dicotomia que alicerçou o revérbero entre sertão e litoral, entre civilização e barbárie. Ao fim do conflito, das mãos do colonizador escoou a mesma selvageria que objetivou combater e ficou exposta a visceral condição que aproxima a coroa do selo republicano:

Canudos foi destruída e até o seu fim nenhuma voz do mundo “civilizado” veio em seu auxílio. Constatado o erro de avaliação, o extermínio dos conselheiristas tornar-se-ia uma mancha que até hoje os representantes do Exército procuram esconder, seja através de depoimentos sobre a bravura de seus combatentes, seja através do silêncio.⁹¹

Ao fim é como profere o eu lírico de o “Cântico dos Cânticos”, poema concebido por Arthur Eduardo Benevides: “nunca se sabe onde o sertão começa. Nunca se viu onde o seu chão termina. O sertão, arco-íris que regressa, é uma canção em nós. Ou nossa sina”⁹². Ao que finaliza: “tudo é sertão.”⁹³

.3.1. A SECA, OUTRO INIMIGO COMUM.

A sentença que agrilhoou o sertão nordestino foi expedida pela ação colonizatória que, conferindo para si o direito da superioridade, apenou à aversão toda a geografia que fosse externa a sua demarcação civilizacional. Contudo, o espectro condenatório da realidade conselheirista não foi transcrito apenas por sua marginalização histórica; esteve associado, também, às condições que o tornavam região. A austeridade do sertão, que imprimia em seus

⁸⁷ Tomada de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 7 de outubro de 1897.

⁸⁸ Tomada de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 7 de outubro de 1897.

⁸⁹ Theatro Sant’anna. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 7 de outubro de 1897.

⁹⁰ Sucessos da Bahia. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 27 de março de 1897.

⁹¹ HERMANN, Jacqueline. *Canudos destruído em nome da República*. Tempo, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1996, p.105.

⁹² BENEVIDES, A. E. *Cântico dos Cânticos*. Revista de Letras, v. 7, n. 1/2, 28 jun. 2017, p. 1.

⁹³ *Ibid.*, p. 4.

caminhantes as marcas de sua inflexibilidade, foi referenciada, tanto pelo *Jornal do Comércio* quanto por Manoel Benício, como circunstância intrínseca de Canudos. Se o conselheirista é fruto da cauterização da terra, combater o seu povoado não seria suficiente para inumar sua oposição, pois a causa de sua gênese perduraria:

Pelas armas, o mais que se conseguirá é o arrazamento do arraial de Canudos; o conselheiro ficará de pé, e os seus sectários, ou irão estabelecer-se em outro ponto, ou se constituirão em bandos, adotando francamente o banditismo, e então, estaremos perdidos, completamente perdidos.⁹⁴

A atual bandeira nacional se tornou símbolo do país 4 dias após a Proclamação da República. Entre a saturação de suas cores destacam-se 27 estrelas representando, cada uma, um estado do Brasil. A estrela que representa o estado da Bahia é a Gamma Crucis, uma gigante vermelha. A sua coloração pinta o mesmo efeito que eclipsa o sertão: a seca. O nordeste está “dividido em três grandes regiões naturais e geográficas: mata, agreste e sertão. Este último representa quase 90% da região.”⁹⁵ Seu clima predominante é o semiárido, caracterizado por longos períodos de estiada.

Como que cobrando a expectativa dos que imigraram, durante a década de 1860, para o sertão durante a alta da indústria algodoeira, veio, em 1877, o tormento da grande seca que “por 3-4 anos a fio matou mais de cem mil pessoas.”⁹⁶ Já a década de 1890, devido as grandes estiagens de 1883 e 1889, é caracterizada por ser de grande penúria e fome para a região baiana, já com forte presença conselheirista. Canudos está inscrito no purgatório das secas e sua população sofre do mesmo desprovidimento que marca as outras vilas:

De uma simples fazenda de gado junto à serra de Piquaraça, surgiu em 1885 uma povoação, hoje Vila de Monte Santo. [...] A maior curiosidade consiste na existência de uma nascente quase no vértice da serra de onde a água se derrama para baixo por um fio de cristal, como providenciando recurso para mitigar a sede dos peregrinos. A serra é extensa, acreditando-se geralmente que possua abundantes minas de ferro. [...] A população, em geral, é pacífica, porém de mesquinhos recursos, porque a lavoura e a criação não podem ter desenvolvimento por causa da escassez de rios e pela seca, que anualmente persegue aquela zona.⁹⁷

A região nordeste se delimitou enquanto palco para a migração periódica como resultado da escassez de chuvas e, conseqüentemente, das epidemias de fome generalizadas ocasionadas pela ceifa de seus recursos naturais. A seca produz, enquanto fenômeno climático, significados

⁹⁴ Manoel Benício. *Jornal do Comércio*. Expedição de Canudos. Rio de Janeiro: 8 de agosto de 1897.

⁹⁵ ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste*. São Paulo: Brasiliense. 1964, p. 25.

⁹⁶ MASSOTE, Fernando. *Por quê Canudos?* In: *Revista Canudos*, v.2, nº 1, out 1997. Salvador: UNEB, 1997, p. 130.

⁹⁷ A República do Ceará. Monte Santo. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 7 de maio de 1897.

outros: flagelo, miséria, fome e migração. Fatores que condicionam a vida humana dentro da região árida:

A gente bebia água de todas as cores; era antes uma mistura de não sei que sais ou não sei de quê. O vento era quente como a rocha nua dos serrotes. A paisagem tinha um aspecto de pêlo de leão, no confuso da galharia despida e empoeirada, a perder de vista sobre as ondulações ásperas de um chão negro de detritos vegetais tostados pela morte e pelo ardor da atmosfera. As serras levantavam-se abruptamente, sem as doces transições dos contrafortes afogados de verdura.⁹⁸

Dado o histórico conhecido das secas e das suas inúmeras consequências, era de noção pública a necessidade de elaborar estratégias para evitar os imediatismos provocados pelas estiagens. Essas medidas são anteriores à própria concepção de Canudos. Em 1878, o periódico *O Retirante (CE)* já anunciava ser preciso "prosseguir no estudo das causas determinantes da seca na regiões ora assoladas por esse flagelo, e preparar os necessários elementos de resistência para o futuro."⁹⁹ De igual maneira, o *Jornal do Comércio* refletia em 1897:

A campanha contra Antônio Conselheiro parece reclamar alguma coisa mais que o arrasamento de Canudos e a derrota dos fanáticos que nesse lugar se têm entrincheirado. É preciso, é indispensável, é urgente que os sacrifícios feitos produzam todos os seus frutos; é preciso que não recomece amanhã em outro ponto o que pode parecer terminado hoje; é preciso reconhecer o que tem sido e o que pode vir a ser esse núcleo de inimigos da República para que esta fique de uma vez para sempre no abrigo de surpresas por parte deles.¹⁰⁰

Ao que posteriormente completa:

Verga a Bahia, o possante Estado do Norte, ao peso de dois flagelos, a guerra e a peste: isso todo mundo sabe; mas ao que ninguém liga importância, no momento, [...] é que amanhã, quando ela sair mal ferida dessa situação medonha, procurando equilibrar as suas forças esgotadas, estará a braços com esse outro flagelo não menos pesado – a seca – contra a qual nada se fez, nem se fez.¹⁰¹

Em 1890, as intendências municipais de Monte Santo, Geremoabo, Cícero Dantas, Serrinha e Tucano encaminharam pedidos de liberação de recursos ao governo. Recursos que seriam disponibilizados apenas em 1891: 2:000\$000 para Monte Santo, Tucano, Bom Conselho, Amparo e Soure; 3:000\$000 para Geremoabo e Itapicuru. Anexo ao dinheiro, foram encaminhadas orientações para o gasto das quantias: “aplicar em qualquer obra de utilidade pública desse município, empregando nessa obra os indigentes flagelados pela seca.”¹⁰²

⁹⁸ PAIVA, Manuel de Oliveira. *Dona Guidinha do Poço*. São Paulo: Ática, 1981, p. 6

⁹⁹ Chuvas no Ceará. *O Retirante*. Fortaleza: 24 de março de 1878.

¹⁰⁰ Discussão Política. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 2 de agosto de 1897.

¹⁰¹ Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 6 de outubro de 1897.

¹⁰² Arquivo Público do Estado da Bahia. Documentação do Governo- Atos e Ofícios (1891) - CX. 1793. No. 1828. Ofícios de Nos. 980 a 986.

Apesar disso, as solicitações não responderam à um impulso humanitário de amparo ao retirante ou de proteção contra a inflexibilidade da seca. As solicitações, na verdade, “funcionaram como medidas para contornar o perigo imediato nos centros das vilas em decorrência dos flagelados que para lá se deslocaram.”¹⁰³ Os sertanejos, afluxados pela seca, “invadiam os lugarejos miseráveis em grandes grupos. Era costume contê-los em áreas cercadas e vigiadas, isolando-os do convívio da população, principalmente pelo mau cheiro emanado de seus estômagos vazios.”¹⁰⁴

Os campos de concentração, eternizados como produção alemã, resguardadas proporções, foram usados, de acordo com as evidências históricas, primeiramente pelos brasileiros. Rachel de Queiroz, em *O Quinze*, obra que tematiza a seca de 1915, registrou o confinamento dos retirantes em espaços denominados “campos de concentração”. Sua personagem, a Conceição, passava a largos passos por esses campos para “fugir da promiscuidade, do mau cheiro, da gente imunda e dos trapos sujos.”¹⁰⁵

As providências tentadas também escaparam do convencionalismo. Houve, por exemplo, a ideia de produzir chuvas a partir da queima de 50 milhões de barris de petróleo, que seriam transportados por navios pela costa brasileira. Já em 1859, formou-se uma comissão no Ceará responsável por eleger alternativas para combater as repetidas secas naquele estado. Seu pensamento lógico residia na associativa feita entre a região Nordeste e o clima desértico; justo, portanto, seria povoar o sertão brasileiro com animais originários do deserto africano. Importou-se, para isso, 10 camelos e 2 africanos para ensinar ao povo cearense como criá-los. Durante o percurso inaugural, um doloroso infortúnio interrompeu a marcha, “um camelo fratura a perna; os outros, também, são impedidos pela irregularidade do terreno, pedregulhos e os espinhos agressivos.”¹⁰⁶ Acontece que a estrutura motora desses animais está adaptada às areias macias do deserto e não ao solo áspero e inelástico do Nordeste. Além disso, a soma de conhecimentos dos residentes da região nordestina, limitada pela falta de resultado da combinação de seus saberes com a dos nativos africanos, tornou “a aclimatação [dos camelos], já naturalmente difícil, em um desastre e peça do folclore nordestino.”¹⁰⁷

¹⁰³ PEREIRA, Maria Marcia. *Imagens do sertão e resistência sertaneja*. Revista Canudos, v. 3, n. 1, 1999, p. 29.

¹⁰⁴ BOTELHO, Inamar Gusmão. *Secas, Oligarquias e os Fazendeiros das Chuvas*. In: Revista Canudos, v. 3, nº1, jun/1999. Salvador: UNEB, 1999, p. 16.

¹⁰⁵ QUEIROZ, op. cit., p. 46.

¹⁰⁶ BOTELHO, op. cit., p. 15.

¹⁰⁷ CAMPOS, J. N. B.; STUDART, T. M. C. *Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções*. In: INTER-AMERICAN DIALOGUE ON WATER MANAGEMENT, 4., 2001, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2001, p. 5.

A aspereza do sertão, o estabelecimento formal do sertanejo como indivíduo a ser combatido, a ausência de políticas públicas efetivas e a perseguição empreendida pelas forças políticas somavam-se à acessibilidade de Canudos. Longe dos grandes centros e das decisões políticas, o sertanejo é largado a sua própria sorte e será esse desamparo que abrirá espaço para a valorização das lideranças religiosas e para a unificação das revoltas populares.

3.2. O SERTANEJO.

O conselheirista que esculpiu Canudos e fortificou os muros de sua conservação foi conformado às mesmas censuras que brutalizavam o solo do seu povoado. E foi a associação de seu sangue à terra que o cercava que municiou os comentários de Manoel Benício. Sua resistência foi vista pelo jornalista como produto da severidade alimentar a que, desde cedo, os sertanejos eram submetidos e à associação biológica que funde o habitante do sertão à sua própria geografia:

Criados nesses sertões estéreis a talo de macambira, miolo de coroa-de-frade, a batida de umbu, frutas de caatinga, mel, e nos tempos de seca a beber água das tabocas, bambus e gravatás tornam-se monteses como os marajás, ágeis, lépidos e velozes como tejus. Conhecem todas as bibocas, todas as veredas das caças e das criações, os altos, as planícies, as moitas, os descampados, os antros e as cristas penhascosas das serrarias, onde os bodes fazem ginástica e os urubus-tinga aninham os filhotes brancos. [...] Têm o fato dos tatus, a vista das acuãs e o ouvido sempre alerta, semelhante aos dos habitantes primitivos dos sertões florestais.¹⁰⁸

A vida no semiárido produz restrições particulares que contagiam o biótipo de quem a experimenta. Ao dia, o calor escaldante; à noite, o gelar da temperatura; às manhãs a incerteza do alimento e durante as tardes a escassez de água. Formula-se, a partir disso, o perfil dos homens obrigados a viver em circunstância tão inóspita, e “vivendo em tal meio, adaptam-se a passar sem comer dias inteiros e por isso todos têm a secura corporal das múmias e a sensibilidade semi-amadorrada em uma dormência de pele de anta.”¹⁰⁹ A sua tipificação é condigna “à existência de privações e constantes riscos por que passam.”¹¹⁰ São essas privações cotidianas que, acostumando-os ao combate, encorajam sua resistência e simulam, no discurso do repórter, um reconhecimento elogioso de sua objeção.

¹⁰⁸ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 9 de agosto de 1897.

¹⁰⁹ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 9 de agosto de 1897.

¹¹⁰ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 9 de agosto de 1897.

Benício relata que, em determinado dia, movidos por uma coragem suicida de querer tomar para si a artilharia da força militar, os conselheiristas se postaram para combate portando mais audácia do que ferramentas para combate: “a coragem destes celerados pode-se calcular pelo arrojo que tiveram em pretender tomar a nossa artilharia, como a do Major Febrônio, a cacete, com alavanca, malho e alvião.”¹¹¹ O sertanejo brutaliza-se a partir de sua gênese, portanto, há, na criança conselheirista, o mesmo traço de resistência daqueles que levantaram estacas contra a artilharia do Major Febrônio. No dia 5 de setembro de 1897, o *Jornal do Comércio* relata a tenacidade apresentada por “jaguncinhos” quando postos sobre intervenção médica:

O Dr. Marcos Reis fez ontem curativo em dois jaguncinhos, também presos no assalto de Canudos e feridos: um menino de seis anos de idade, no máximo, que foi ferido na boca; suportou sem gemer a extração de pedaços de ossos. Subiu de ponto a admiração dos que assistiam ao presenciar este estoicismo da outra criança. É uma menina de oito para dez anos. Foi ferida por bala Manulicher na região das costas, atravessando a bala. Suportou igualmente o doloroso curativo, abrindo em chagas as feridas. Não deu um gemido.¹¹²

Uma leitura desatenta desses relatos pode oferecer uma interpretação que os associa aos discursos biopsicológicos produzidos por nomes como Euclides da Cunha e Josué de Castro. Uma compreensão que justifica a condição sertaneja a partir dos externos que seus corpos preenchem e da liga racial que os consubstancia.¹¹³ Em *Os Sertões* (1902), Euclides escreve que da população de Canudos raramente se destacava um branco ou um negro puro, sua predominância se baseava no “pardo lídimo, misto de cafre, português e tapuia – faces brônzeas, cabelos corredios e duros ou anelados, troncos deselegantes.”¹¹⁴ Mestiçagem que, inicialmente, é negatizada pelo autor:

O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado.¹¹⁵

O sertanejo, além de produto desse resultado, sofre, como já dito, com a região árida em que vive e que, conseqüentemente, o qualifica: “o martírio do homem, ali, é o reflexo de tortura

¹¹¹ Manoel Benício. Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 9 de agosto de 1897.

¹¹² Expedição de Canudos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 5 de setembro de 1897.

¹¹³ QUEIROZ, Renato da Silva. “Mobilizações Sociorreligiosas no Brasil: os surtos messiânicos milenaristas.” In: PEREIRA, João Baptista Borges (org.). *Religiosidade no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

¹¹⁴ CUNHA, op. cit., p. 609.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 110.

maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da Vida. Nasce do martírio secular da Terra...”.¹¹⁶ Ao fim de suas reflexões, Euclides reabilita o sertanejo como “rocha viva da nossa raça.”¹¹⁷

Já Josué de Castro, em a *Geografia da Fome* (1946), lança mão de dados fisiopatológicos e nutricionais para postular uma associativa entre a fome crônica e a tendência violenta do sertanejo. A fome do sertão nordestino não é condicionada pelos hábitos da vida cotidiana, mas por episódios de surtos epidêmicos: “surtos agudos de fome que surgem com as secas, intercaladas ciclicamente com os períodos de relativa abundância que caracterizam a vida do sertanejo nas épocas de normalidade.”¹¹⁸ O autor apresenta um mapeamento geral das deficiências nutricionais do sertão nordestino, que carece de iodo, ferro, cálcio, cloreto de sódio, ácido nicotínico, vitaminas A, B1, B2 e C. A deficiência de vitaminas do complexo B “acarreta grande irritabilidade nervosa, tornando seus portadores mais irascíveis e descontrolados, portanto meio irresponsáveis. A sua valentia traduz muitas vezes paradoxalmente a sua fraqueza nervosa e o estado de miséria de seus nervos desvitaminados.”¹¹⁹

Esses autores produziram, baseados em suas reações individuais e nas percepções coletivas de suas temporalidades, esforços para a compreensão dos sentidos que concebiam o sertão e o sertanejo. Por mais que os discursos orquestrados por Manoel Benício simulem uma justificação para a sua condição e um enaltecimento de suas competências – seja nos relatos de sua resistência, seja na coragem que tipifica o seu combate –, suas exposições não correspondem a uma tarefa de reconhecimento explícito. O objetivo principal da argumentação do correspondente, neste ponto, não visa teorizar as mesmas formulações que assentaram o pensamento dos intérpretes biopsicológicos de Canudos. Na verdade, admitir a perícia, a bravura e a superioridade guerreira dos conselheiristas funciona como recurso de contraposição à atuação dos militares, que acabam diminuídos por um adversário classificado, desde o início da guerra, como inferior, em todos os sentidos.

¹¹⁶ Ibid., p. 65.

¹¹⁷ Ibid., p. 597.

¹¹⁸ CASTRO, Josué de. *Geografia da fome, o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10º ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984, p. 165.

¹¹⁹ Ibidem, p. 150.

4. A IMPRENSA.

Mas a imprensa, entre os povos livres, não é só o instrumento da vista, não é unicamente o aparelho do ver, a serventia de um só sentido. Participa, nesses organismos coletivos, de quase todas as funções vitais. É, sobretudo, mediante a publicidade que os povos respiram.¹²⁰

A pergunta posta ao passado é o que essencializa o trabalho historiográfico e sua formulação dá-se sempre a partir das necessidades, perspectivas e mecanismos que configuram o presente de sua elaboração. A relação com o pretérito produz, como resultado, ressurreições seletivas conforme o historiador se esforça para tornar memorial os hiatos que formalizam a história. Um empreendimento dinâmico que metamorfoseia o interlúdio da temporalidade em traços de compreensão para o deslocar humano dentro de sua própria realização. A imprensa oferece amplos recursos para essa investida. A riqueza de informações disponibilizadas por seus registros suscita generosa possibilidade de compreensão sobre como indivíduos ilustres e personagens anônimos transgrediram suas realidades íntimas e foram, por estas próprias, insuflados.

A imprensa se consolida, então, como uma importante ferramenta para a prática do trabalho historiográfico. No entanto, considerá-la objeto de estudo exige, pelo determinismo de sua temporalidade, cautela. Há a imprensa que relatou, a partir de sua idiossincrasia, o acontecimento e há o historiador que se relaciona e aciona uma fonte temporalmente remota. Ao invés de revelar-se como concretude do autêntico, o seu conteúdo garante representações do real, ou melhor, de momentos particulares subjetivados da realidade. O texto jornalístico, portanto, não é um documento diáfano forjado pela cristalinidade de seus escritos, por isso é fundamental o diálogo crítico entre as explicitudes e as supressões das fontes analisadas. De acordo com Capelato:

Até a primeira metade deste século, os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas com relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita, ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade. Neste último caso a notícia era concebida como relato fidedigno do fato. As duas posturas são contestáveis. O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade.¹²¹

¹²⁰ BARBOSA, Ruy. *A Imprensa e o dever da verdade*. Brasília: Senado Federal. Conselho editorial, 2019, p. 37.

¹²¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1988, p. 21.

A indústria editorial consoma um instrumento representativo de manipulação de interesses que intervirá diretamente na vida social. Se consoma assim, pois sua vocação para a informação é natural. Há no jornal o poder dizer, uma onipotência do sujeito que submete a palavra conforme manipula a linguagem. A imprensa, por assim dizer, forma enquanto informa. Sua ação dispõe, relaciona e privilegia notícias enquanto as valida como reais. De melhor maneira, a imprensa configura lembranças e esquecimentos na medida em que seleciona, a partir de critérios jornalísticos e políticos, o que é e o que não é notícia: “os jornais expressam a opinião pública. Só que na grande imprensa (a empresarial) o murmúrio da “vox populi” (voz do povo) ecoa longínquo enquanto ressoa forte a “vox domini” (voz dos dominantes)”.¹²² Isto posto, pregressa a seu atributo informacional, a imprensa age como porta-voz das ideologias e pensamentos dominantes, pois “a classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual.”¹²³

Compreendendo os meios de emissão de informação como espaços formativos para a opinião pública, essas vozes dominantes “passaram a utilizar a imprensa como mecanismo de difusão ideológica.”¹²⁴ Dessa forma, as folhas dos jornais se definem “como veículos privilegiados de afirmação da realidade, capazes de moldar, com a ação pedagógica de seus redatores, os contornos da própria sociedade.”¹²⁵.

O jornal, exclusivo e poderoso veículo de comunicação no Brasil do século XIX, é responsável por muito do que se conhece acerca da Guerra de Canudos. A relevância de Belo Monte para a crítica e para a história brasileira deve-se à sua repercussão junto à imprensa escrita. Os aspectos particulares do conflito – a região mal conhecida, a adversidade de sua geografia e a resistência imposta pelo solo e pelo inimigo – “contribuíram para que aquele episódio histórico, sobretudo a partir da formação da 4ª Expedição, tenha se transformado em fato explorado pelas várias representações”.¹²⁶

Dessa forma, a relação entre historiador e fonte exige sensibilidade e critério interpretativo, pois lida diretamente com a complexidade instável de conjunturas que escapam de nossa consciência imediata. “O historiador está obrigado a ter esse cuidado porque a imprensa não informa a história; não adianta retirar dados referentes à sua pesquisa das páginas

¹²² CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1988, p. 18.

¹²³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Lisboa: Presença, 1979, p. 25.

¹²⁴ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930)*. *Historiae*, Rio Grande, v.2,n.3, 2011, p. 133.

¹²⁵ PEREIRA, L. A. de M. *Negociações Impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. *História* (São Paulo), 35(História, 2016 35), p. 2.

¹²⁶ AZEVEDO, op. cit., p. 83.

do jornal e considerar seu trabalho concluído”.¹²⁷ Logo, a tentativa, empreendida por esse trabalho, de compreensão do discurso produzido pelo *Jornal do Comércio* não teve por objetivo estabelecê-lo como reprodução plena e real dos acontecimentos em Canudos. Nosso esforço, na verdade, residiu na tentativa de analisar a que contexto de sua realidade particular inseriram-se suas publicações.

CONCLUSÃO.

A comunicação é organizada a partir do uso significativo de símbolos. No caso da comunicação escrita, palavras. Estudá-las nos permite acesso à uma estrutura de sentidos, ideias e percepções fundeadas pelas representações. O verbo representar pode ser entendido como ato de “falar por” ou “falar sobre”. Retratar o outro representa uma batalha simbólica entre apreensão e realidade. Dessa forma, aquele ou aquilo que é observado será estereotipado a partir das limitações e intenções de seu espectador. É necessário, então, que se investigue os contextos e os agentes envolvidos no processo de observação antes de anatomizar a estereotipação em si.

O estereotipo, como produção interpretativa, assume ideias inflexíveis e generalizantes. Sua formulação é recurso intrínseco à toda pretensão de domínio e formula-se a partir da marginalização, da generalização e da contraposição. O sertão é marginal à metrópole, o sertanejo é antiquado e sua dinâmica cotidiana é antagônica ao progresso. Como adjetivo, o estereótipo é a determinação forçosa de características gerais que se impõe auxiliadas por juízos de valor; em suma, por julgamentos que sentenciam atributos à permanência ou ao esquecimento. O estereótipo é, enfim, a redução da natureza complexa de determinada pessoa ou grupo a qualidades negativas essenciais e determinantes, como elucida Freire Filho:

Como práticas significantes, os estereótipos não se limitam, portanto, a identificar categorias gerais de pessoas – contêm julgamento e pressupostos tácitos ou explícitos a respeito de seu comportamento, sua visão de mundo ou sua história. Embora possam variar em termos de virulência e apelo emocional, geralmente representam, expressam tensões e conflitos sociais subjacentes.¹²⁸

¹²⁸ FREIRE FILHO, J. (2008). *Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias*. Revista FAMECOS, 12(28), p. 22.

O *Jornal do Comércio*, objeto de análise desse trabalho, produziu, em 1897, 361 edições; dentre estas, a batalha de Monte Santo foi referenciada em 274. Entre as páginas das edições, geralmente 10, a palavra Canudos foi citada 511 vezes. Embora os significados arquitetados pelo jornal se direcionem a um ponto comum – a crítica à desorganização militar –, suas publicações deixam escapar concepções importantes para compreendermos as particularidades de seu discurso. O sertão, a seca e o sertanejo. Elementos que, indissociáveis, encontram significação no discurso produzidos pelo periódico. O *Jornal do Comércio*, contudo, não é o redator oficial da história de Canudos; é, na verdade, agente particular na cúpula de significados que vivificaram o arraial. Estudá-lo é conviver com os pressupostos de sua estereotipação e, a partir disso, enxergá-lo não como publicista do povoado, mas como parte singularizante de seu conto.

BIBLIOGRAFIA.

- ALENCAR, José de. **O sertanejo: romance brasileiro**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875.
- AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação**. In: Revista Estudos Históricos. [v. 8 n. 15 \(1995\): História e Região](#).
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- AZEVEDO, Silvia Maria. **Manuel Benício: um correspondente da Guerra de Canudos**. Revista USP, n. 54, 2002.
- BARBOSA, Ruy. **A Imprensa e o dever da verdade**. Brasília: Senado Federal. Conselho editorial, 2019.
- BARROSO, Gustavo. **História militar do Brasil**. 1º reimpr. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.
- BENEVIDES, A. E. **CÂNTICO DOS CÂNTICOS**. Revista de Letras, v. 7, n. 1/2, 28 jun. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil SA, 1989.
- BOTELHO, Inamar Gusmão. **Secas, Oligarquias e os Fazendeiros das Chuvas**. In: Revista Canudos, v. 3, nº1, jun 1999. Salvador: UNEB, 1999.
- CAMPOS, J. N. B.; STUDART, T. M. C. **Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções**. In: INTER-AMERICAN DIALOGUE ON WATER MANAGEMENT, 2001, Foz do Iguaçu. Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2001.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.
- CARONE, E. **Coronelismo: definição histórica e bibliografia**. RAE-Revista de Administração de Empresas, [S. l.], v. 11, n. 3, 1971.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome, o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10º ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Brasília: Editora UnB, 2014.
- DELGADO, Jorge. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. 3º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FREIRE FILHO, J. (2008). **Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias**. Revista FAMECOS, 12(28).

GALVÃO, W. N. **No Calor da Hora**. 3ª ed. São Paulo, Editora Ática, 1994.

GOULART, José Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

HERMANN, Jacqueline. **Canudos destruído em nome da República**. Tempo, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1996.

JOBIM, Anísio. **O Amazonas, sua história: ensaio antropogeográfico e político**. São Paulo: Editora Nacional, 1957.

MARTINS, Ana Luisa; DE LUCA, Tania Regina. **História da Imprensa no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Lisboa: Presença, 1979.

MASSOTE, Fernando. **Por quê Canudos?** In: Revista Canudos, v.2, nº 1, out 1997. Salvador: UNEB, 1997.

MERTON, Robert K. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo. Editora Mestre Jou: 1968.

NASCIMENTO, M. I. M.; ZANLORENZI, C. M. P. **Imprensa no Brasil: do império à primeira república**. Acervo - Revista do Arquivo Nacional, v. 19, n. jan/dez – 2006.

NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. **Viajem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás**. In: Memória do Instituto Oswaldo Cruz. Tomo VIII. Fascículo II. Rio de Janeiro: IOC, 1916.)

NINA, Rodrigues. **As coletividades anormais**. Brasília: Senado Federal, 2006.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930)**. Historiae, Rio Grande, v.2,n.3, 2011.

PAIVA, Manuel de Oliveira. **Dona Guidinha do Poço**. São Paulo: Ática, 1981.

PEREIRA, L. A. de M.. (2016). **Negociações Impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República**. História (São Paulo), 35(História, 2016 35).

PEREIRA, Maria Marcia. **Imagens do Sertão e Resistência Sertaneja**. Revista Canudos, v. 3, n. 1, 1999.

PRADO, J.F de Almeida. **São Vicente e as Capitânicas do Sul do Brasil: as origens**. São Paulo: Editora Nacional, 1961.

QUEIROZ, Raquel de. **O quinze** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

QUEIROZ, Renato da Silva. **Mobilizações Sociorreligiosas no Brasil: os surtos messiânicos milenaristas**. In: PEREIRA, João Baptista Borges (org.). *Religiosidade no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1984.

REGO, José Lins do. **Cangaceiros**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SENA, Davis Ribeiro de. **Canudos: ficção e realidade**. In: *Revista Canudos*, v.2, n.1, outubro 1997. Salvador: UNEB, 1997.

SODRÉ, Nelson Weneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SILVA, C. de F. **O 15 de Novembro na Imprensa Carioca**. *Revista Aedos*, [S. l.], v. 3, n. 8, 2011.

SIQUEIRA, Carla. **A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890**. In: *Revista Estudos Históricos*, v.7, n.14, 1994.

FONTES:

Chuvas no Ceará. **O Retirante**. Fortaleza: 24 de março de 1878. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=770558&pesq=&pagfis=148>

Bahia. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 6 de janeiro de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=23574

Bahia. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 11 de janeiro de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=23621

Bahia. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 1 de fevereiro de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=23824

O Estado da Bahia. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 7 de fevereiro de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=23880

Sucessos da Bahia. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 2 de março de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=24330

Pela República. **Don Quixote: Jornal Ilustrado de Angelo Agostini**. Rio de Janeiro: 21 de março de 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=714178&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=590>

Sucessos da Bahia. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 27 de março de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=24322

Imprensa. **Jornal do Comércio**: Rio de Janeiro: 30 de março de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_08&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=24351

A República do Ceará. Monte Santo. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 7 de maio de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=24712

Presidência da República. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 8 de maio de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_08&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=24702

Antônio Conselheiro. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 10 de junho de 1897. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=25035

Manoel Benício. **Jornal do Comércio**. Expedição de Canudos. Rio de Janeiro: 26 de junho de 1897. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=25182

Expedição de Canudos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 14 de julho de 1897. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=25350

Expedição de Canudos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 17 de julho de 1897. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=25376

Discussão Política. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 22 de julho de 1897. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=25423

Discussão Política. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 2 de agosto de 1897. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=25527

Expedição de Canudos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 3 de agosto de 1897. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pagfis=25534

Expedição de Canudos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 4 de agosto de 1897. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pagfis=25544

Manoel Benício. Expedição de Canudos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 6 de agosto de 1897. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=25564

Manoel Benício. **Jornal do Comércio**. Expedição de Canudos. Rio de Janeiro: 8 de agosto de 1897. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pagfis=25582

Artilharias Whitworth e Canet. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 9 de agosto de 1897. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=25595

Manoel Benício. Expedição de Canudos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 9 de agosto de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=25594

Manoel Benício. Expedição de Canudos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 10 de agosto de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=25602

Balas Explosivas. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 11 de agosto de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=25612

Expedição de Canudos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 15 de agosto de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=25650

Manoel Benício. Expedição de Canudos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 19 de agosto de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pagfis=25688

Marechal Bitencourt. Expedição de Canudos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 20 de agosto de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=25699

Protesto do Club Militar. **O Paiz**. Rio de Janeiro: 21 de agosto de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_02&pasta=ano%20189&&pagfis=18798

Os Fanáticos de Canudos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 23 de agosto de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pagfis=25733

Expedição de Canudos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 29 de agosto de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=25792

Expedição de Canudos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 5 de setembro de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_08&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=25861

Expedição de Canudos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 14 de setembro de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=25944

O General Solón. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 18 de setembro de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=25984

Expedição de Canudos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 6 de outubro de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=26170

Theatro Sant'anna. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 7 de outubro de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=26189

Tomada de Canudos. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 7 de outubro de 1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=Canudos&pagfis=26180

Eu, Iago de Oliveira Furtado Rocha, declaro para todos os feitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado Jornal do Comércio, Manoel Benicio e Canudos: retratos de uma narrativa foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.



Iago de Oliveira Furtado Rocha

17/07/2023